

1- MENSAGEM DA DIRECÇÃO

O conhecido processo de globalização, caracterizado pelo incremento das transacções internacionais comerciais e financeiras, deu origem a uma crescente interdependência entre as economias dos países.

Neste processo as empresas multinacionais alargaram o seu âmbito e os ciclos económicos adquiriram uma aceção global.

Neste contexto a informação contabilística e financeira torna-se vital para a tomada de decisão, dado constituir o pilar das grandezas que medem o desempenho económico (lucro) e a geração de recursos financeiros (fluxos monetários de tesouraria).

As bases e fundamentos destas magnitudes devem assentar em transacções económicas e financeiras reais e efectivas, e a sua mensuração (atribuição de valor) deve corresponder à quantia em dinheiro da retribuição subjacente às mesmas.

A par destas medidas conducentes à correcta valorização e expressão da verdadeira situação empresarial, cabe às entidades governamentais adoptar medidas fiscais, que reduzam a necessidade de financiamento das empresas.

Uma boa política fiscal pode transformar uma crise numa oportunidade.

Cabe ao Estado dar espaço às empresas para saírem mais fortes, mais exportadoras e melhor financiadas, aumentando a competitividade e produtividade e o nosso peso na economia global.

Com o esforço e vontade de todos nós, concretizaremos o sonho de um futuro melhor.

Cordialmente,

A Direcção

Paulo Anjos

2. OE 2009 E AS NOVIDADES EM MATÉRIA DE IRC

No âmbito do IRC, o Orçamento do Estado para 2009 (OE 2009) contém um conjunto de medidas que contribuirão para reduzir a carga fiscal das empresas portuguesas.

As excepções a esta tendência são, a subida do valor do pagamento por conta para as empresas que facturem mais de 498.797,90 euros e o «fim» do regime simplificado (que em alguns casos agravará a tributação efectiva).

Enunciamos algumas das medidas em vigor desde 1 de Janeiro:

- alargamento da isenção de IRC aos **rendimentos de capitais** administrados pelas instituições de segurança social (a versão actual apenas concede isenção aos fundos de capitalização geridos por estas entidades);

- alargamento das regras de **dedução de provisões para a recuperação paisagística de terrenos** às empresas de **tratamento e eliminação de resíduos**, permitindo a dedução de provisões para fazer face aos encargos com a recuperação paisagística e ambiental dos locais afectos à exploração (nos termos actualmente previstos para as indústrias extractivas) e, em ambos os casos, desde que, após a cessação da actividade, tal recuperação seja obrigatória - esta norma pode já ser aplicada ao exercício de 2008, mediante autorização da DGCI a requerer até 29 de Junho de 2009;

- simplificação das regras **dedução de provisões para a recuperação paisagística de terrenos** dispensando a constituição do fundo com o valor do saldo acumulado da provisão, no final de cada exercício, sempre que, em cumprimento de obrigações legais, seja prestada caução a favor da entidade que aprova o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística;

- inclusão dos custos suportados com a **aquisição de passes sociais** em benefício do pessoal da empresa (estes custos correspondem a um benefício concedido aos trabalhadores não sujeito a IRS);

- a alteração das **regras de cálculo dos pagamentos por conta, reduzindo o seu valor de 75% para 70%** do valor do IRC pago no ano anterior, para os sujeitos passivos com volume de negócios igual ou inferior a € 498.797,90, e **aumentando de 85% para 90%** para os restantes;
- alteração das regras de **contagem do prazo para entrega de declaração de substituição**, estipulando que quando a alteração se fundamente numa **decisão ou sentença judicial**, o prazo de um ano se conta a partir do conhecimento de tal decisão ou sentença, alargando-se o prazo de caducidade correlativamente (ou seja, até um ano após a prolação da sentença);
- imposição da certificação prévia dos programas de facturação, pela DGCI;
- eliminação da possibilidade de opção pelo regime simplificado de tributação, a partir de 2009, deste modo, os sujeitos passivos que em 2009 se encontrem neste regime poderão optar pela integração imediata no regime da contabilidade organizada ou manter-se no regime simplificado até final do período em curso, ou seja, no máximo até ao exercício de 2010;
- permissão aos sujeitos passivos de IRC com sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em território nacional, que beneficiam de taxas especiais ou reduzidas, de **optar pelas novas taxas normais do IRC** de 12,5% para lucro tributável até 12.500 euros, e 25% para o valor excedente;
- alargamento da isenção de IRC aos ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes com **operações cambiais a prazo**, efectuadas com instituições de crédito residentes ou com o Estado português (esta isenção aplicava-se apenas aos juros de empréstimos ou aos ganhos de operações de swap, efectuadas entre as mesmas entidades).

3. OE 2009 E AS NOVIDADES EM MATÉRIA DO IMI

Em matéria de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Orçamento do Estado para 2009 (OE 2009) consagra uma série de regras que visam rectificar situações detectadas desde 2004.

O **procedimento para repetir a avaliação de um prédio urbano sofreu inúmeras alterações** que seguidamente resumimos:

- as câmaras municipais passam a ter também competência para desencadear este procedimento (além do próprio contribuinte e do chefe de finanças);
- a **comissão responsável** pela segunda avaliação passa a ser composta por apenas um perito regional nomeado pela DGCI (em vez de dois como anteriormente), um vogal nomeado pela câmara municipal (que substitui o segundo perito) e o contribuinte ou seu representante;
- o pedido de segunda avaliação passa a estar sujeito ao **pagamento de uma taxa cujo valor se situa entre 480 e 1.920 euros** (valores correspondentes a 5 e 20 Unidades de Conta, até final de 2009), que será devolvido em caso de alteração do valor patrimonial (actualmente este procedimento apenas é pago no final e caso o contribuinte não tenha razão) – esta taxa servirá certamente para que muitos contribuintes, apesar de convictos da sua razão, não exerçam este direito por questões económicas uma vez que o valor mínimo exigido é bastante elevado (desde logo supera em quase 7% do valor da retribuição mínima garantida);
- quando a formula legal para fixação do valor patrimonial conduza a um resultado distorcido (variação de 15% em relação ao valor de mercado ou quando o prédio apresenta características invulgares, designadamente em termos de áreas, sumptuosidade ou arquitectura), este será apesar de tudo mantido para efeitos de IMI, mas prevê-se a fixação de um valor relevante para efeitos de IRS, IRC e IMT, segundo outros critérios, designadamente o de Mercado.

4. PROPOSTA DE ORÇAMENTO SUPLEMENTAR PARA 2009 – MEDIDAS FISCAIS

Foi apresentada à Assembleia da República a *Proposta de Orçamento de Estado Suplementar para 2009 (dia 21-1-2009)*, da qual constam alterações de natureza fiscal que passamos sumariamente a identificar, quanto ao IRC e IVA.

É proposto que as medidas fiscais produzam efeitos a partir de um de Janeiro de 2009

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)

Propõe-se que o limite mínimo do pagamento especial por conta se já reduzido de € 1.250 para € 1.000.

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Propõe-se reduzir o limiar mínimo para apresentação de pedidos de reembolsos de IVA, consagrando-se um valor de € 3.0000 (ao invés de cerca de aproximadamente € 11.000).

É proposta a concessão de uma autorização legislativa ao Governo para estabelecer uma regra de inversão do sujeito passivo relativamente a aquisições efectuadas no âmbito de contratos públicos de valor igual ou superior a € 5.000, quando os adquirentes sejam o Estado ou outras pessoas colectivas de direito público.